

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Petta.

O SR. GUSTAVO PETTA - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Aleps, visitantes, funcionários desta Casa, primeiro, reforçar as palavras da minha líder, a deputada Leci Brandão, que, para nós, é motivo de muito orgulho ter contribuído de alguma forma para que a Leci continue representando parcelas expressivas da população do nosso estado de São Paulo aqui na Assembleia Legislativa.

Leci é uma deputada aguerrida, que tem pautas importantes, principalmente num momento como este que vivemos, de grande avanço de propostas conservadoras, muitas vezes preconceituosas, discriminatórias, que será uma realidade dura da Assembleia Legislativa no próximo período.

Reforço as palavras da minha líder Leci Brandão, que falou aqui um pouco sobre a importância dessa incorporação do PPL junto ao PCdoB, que permitirá que o partido continue tendo uma atuação forte em âmbito nacional.

Sr. Presidente, quero, na verdade, usar minha fala neste Pequeno Expediente para falar sobre um projeto de lei, o Projeto de lei 452, que agora se tornou lei - evidentemente ainda precisa da sanção do governador - de minha autoria, que foi aprovado ontem nesta Casa, que é um projeto muito importante, principalmente para a cidade que em nasci, onde moro, onde voltarei a ser vereador agora no próximo período, que é a cidade de Campinas.

O projeto de lei declara patrimônio imaterial do nosso estado a feira de antiguidades, conhecida como feira hippie, que ocorre no Centro de Convivência Cultural da cidade.

Quem conhece Campinas, com certeza já conhece essa feira, pela sua tradição de décadas, pela sua importância para o conjunto não só dos expositores, mas para todos os campineiros.

Temos já uma tradição antiga, que precisa ser sempre reforçada, que é a preservação do patrimônio material. Por meio do tombamento de prédios públicos, de prédios que possuem riquezas e valores muito importantes do ponto de vista arquitetônico e do ponto de vista histórico.

Recentemente - do ponto de vista da história do Brasil, e até do ponto de vista do âmbito federal e do âmbito estadual -, os municípios passaram também a dar valor ao patrimônio imaterial, que ocorre por meio de registro, que ocorre ou por estruturas como o Condepacc, ou também por estruturas do Poder Legislativo.

Isso tem uma importância enorme: preservar, salvaguardar, o patrimônio imaterial do estado, dos municípios e do País, principalmente em um momento em que muitas vezes os interesses do mercado prevalecem sobre interesses mais históricos e culturais, é muito importante o Poder Público atuar no sentido de preservar o patrimônio imaterial.

A nossa feira tem esses componentes, tanto pela sua história, quanto pela relação afetiva que o conjunto da população campineira tem em relação a ela. Então, fico muito feliz de, a partir de um pedido inicial da Aceco - anteriormente o pedido foi feito pela Associação dos Artesãos de Campinas e pela Associação de Antiquários da Cidade de Campinas.

Essas duas entidades, a Associação dos Artesãos e a Associação dos Antiquários, presidida pelo Mauro Diogo e, também, pela Rita e pela Cláudia, me pediram isso em 2014.

Fizemos um pedido junto ao Condepacc da cidade de Campinas. Mas esse pedido, infelizmente, até hoje não foi avaliado de maneira consistente. Fica aqui o nosso repúdio e a nossa crítica pelo fato de o Município não ter aprovado esse registro depois de tanto tempo. Mas, ao mesmo tempo, a partir de um pedido, novamente, da Associação dos Artesãos, da Associação dos Antiquários e da Associação dos Expositores do Centro de Convivência (Cecco), entramos com um projeto de lei nesta Casa.

Durante alguns meses ele foi avaliado, analisado por outros deputados, por comissões, e ontem tivemos a sua aprovação. Então ficamos realmente satisfeitos de, em um período curto nesta Casa, termos conseguido aprovar algumas iniciativas. Entre elas, essa iniciativa que torna a Feira de Antiquários e Artesãos do Centro de Convivência de Campinas um patrimônio imaterial do estado de São Paulo.

Presidente e demais deputados, eu gostaria de agradecer a todos aqueles que estiveram conosco nessa jornada. Tenho a certeza de que isso será um grande instrumento para aqueles que defendem a cultura imaterial do nosso estado e que defendem o patrimônio. Que, muitas vezes, é agredido por administrações públicas que não têm nenhum tipo de compromisso com a história do nosso estado, das nossas cidades e do nosso país.

É muito importante o Estado utilizar esses instrumentos para preservar e proteger aquilo que tem uma importância muito importante na História. E, principalmente, para que as próximas gerações possam desfrutar desses valores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta à tribuna no dia de hoje. Falei há pouco da questão dos atrasos dos pagamentos dos professores, em todo o estado, da rede estadual.

Estão reclamando, há milhares de denúncias. Mas quero, também, reafirmar outra denúncia muito grave: é o fechamento de salas. As Diretorias de Ensino estão fechando salas. Está dificultando a abertura de salas, fechando salas e fechando os turnos de várias escolas do estado. Em um momento no qual precisamos atender a demanda escolar, na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio. No qual temos superlotação de salas. O Estado, na contramão, fecha salas.

Dificulta a abertura de salas e, até mesmo, ameaça o fechamento de escolas. Alega que não há demanda. Isso não é verdade, Sr. Presidente. É porque o governo não quer manter salas com 25 alunos. Ele quer manter salas com superlotação. Se há uma sala com 25 alunos, o governo acha que é pouco. Tem que fechar aquela sala. É isso que o Estado está fazendo. Dificulta a abertura de novas salas, fecha salas já existentes e fecha turnos.

Repito: até mesmo ameaça fechar escolas. É um absurdo, Sr. Presidente. É um crime contra a Educação. Estamos fazendo um mapeamento. Já levei vários casos à Secretaria da Educação. Espero que a Secretaria tome providências em relação a isso. Porque me parece que essa não é uma orientação do atual secretário da Educação. Parece-me que as Diretorias de Ensino são mais realistas que o rei. Porque temos uma estrutura, da rede estadual, altamente autoritária.

Há um autoritarismo que permeia toda a estrutura da Secretaria da Educação, chegando às Diretorias de Ensino, que têm essa mentalidade de fechar salas, turnos e escolas. Com isso, vamos deixar milhares de crianças, adolescentes e adultos sem vagas nessas escolas.

Para piorar essa situação, haverá o aumento da superlotação de salas. Porque, quando a Secretaria da Educação, quando uma diretoria de ensino orienta o fechamento de uma sala, os alunos desta sala são realocados, distribuídos entre outras salas, e então com certeza haverá superlotação de salas.

Então, faço um apelo para que o secretário João Cury faça uma intervenção pessoal, orientando as diretorias de ensino a não fecharem nenhuma sala, dialogando com os professores e com a comunidade escolar. E que nenhuma sala seja fechada sem esse diálogo com o conselho de escola, com a APM, com o grêmio estudantil. É fundamental que haja uma gestão democrática nesse processo de manutenção das matrículas e da abertura de salas, e não do fechamento.

Fica aqui o nosso apelo, pois estamos tomando providências. Estamos pressionando a secretaria e, se esse processo não for resolvido, vamos ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Aproveito para fazer um apelo a todos os deputados e líderes partidários para que possamos votar o PLC 49, que é o projeto da Defensoria Pública, dos defensores. É um projeto importante para a valorização da Defensoria Pública, que cumpre o papel estratégico no estado de São Paulo de garantir o acesso à Justiça das pessoas sem condições econômicas, sem condições financeiras, das camadas populares que estão aliadas do acesso à Justiça.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada em 2006. É uma defensoria nova, que está se consolidando cada vez mais e ocupando um papel importante nessa área. Ela precisa ser valorizada.

Nós aprovamos, nesta semana, um projeto importante de valorização dos servidores. Agora, queremos aprovar o PLC 49, que trata da valorização dos defensores e defensoras. Faço um apelo a todos os deputados e deputadas, aos líderes partidários, para que possamos votar imediatamente, em caráter de extrema urgência, esse projeto que valoriza a Defensoria. Valorizando a Defensoria, valorizando os defensores e defensoras, estaremos valorizando e defendendo o acesso à Justiça de milhares, de milhões de pessoas do estado de São Paulo.

Inclusive, quero registrar que apresentei emendas ao Orçamento para que haja mais recursos para a Defensoria Pública, que deve aumentar o número de defensores e servidores, deve aumentar sua estrutura, o número de unidades no estado de São Paulo. Temos poucas unidades atendendo a população. O estado de São Paulo tem 45 milhões de habitantes e temos poucos defensores e servidores públicos. A nossa luta é pela valorização da Defensoria Pública. Para defender o acesso à Justiça e a Defensoria, temos que defender os seus profissionais: os servidores, defensores e defensoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem a Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.

7 DE DEZEMBRO DE 2018 161ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: MARCO VINHOLI
Secretaria: CARLOS GIANNAZI

RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - MARCO VINHOLI Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - CARLOS GIANNAZI Parabeniza o deputado Marco Vinholi por sua indicação como secretário estadual do Desenvolvimento Regional. Informa a realização de audiência pública, ontem, por iniciativa de seu mandato, para debater a questão dos registros de diplomas de faculdades particulares, sobretudo da Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (Falc), que foram considerados sem validade, causando prejuízos aos alunos formados. Lembra que diversos alunos, hoje professores concursados, estão enfrentando problemas para exercer a profissão. Pede audiência emergencial com o ministro da Educação sobre o tema. Informa que aprovou, na Comissão de Educação desta Casa, moção endereçada ao MEC para que o órgão possa realizar a regularização dos diplomas. Lamenta o pagamento em atraso de professores da rede estadual de ensino. Crítica a proposta de reformulação da previdência municipal, o Sampaprev, que está em discussão na Câmara Municipal. Considera que tal projeto pode ser considerado um confisco salarial dos servidores. Destaca que o banco Itaú financiou o estudo desta proposta de reforma previdenciária. Comunica que esteve, no dia 05/12, em manifestação contrária a esta proposta, em frente à Câmara Municipal de São Paulo. Informa que, no dia 21/12, ocorrerá nova manifestação contra o Sampaprev no mesmo local.</p> <p>3 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>4 - PRESIDENTE MARCO VINHOLI Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 10/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Marco Vinholi.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE – MARCO VINHOLI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p> <p>Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p> <p>Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.</p> <p>O SR. 1º SECRETÁRIO – CARLOS GIANNAZI – PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>

PEQUENO EXPEDIENTE
<p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.</p> <p>O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, primeiro eu quero parabenizar o deputado Vinholi pela escolha do nome dele para a secretaria do governo estadual. Eu tenho certeza de que V. Exa. vai ter um bom desempenho e fará uma gestão democrática e republicana, como tem se comportado aqui na Assembleia Legislativa como relator da LDO e em outras atividades. Parabéns, deputado Vinholi por esse novo desafio.</p> <p>Gostaria de dizer que ontem nós fizemos uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa para debater e buscar uma solução imediata para a questão dos registros dos diplomas de algumas faculdades de São Paulo, sobretudo da Falc, uma faculdade que emitiu vários diplomas, onde os alunos cursaram os cursos, fizeram as provas, tiveram notas, entregaram o TCC, pagaram.</p> <p>Os diplomas foram registrados na Unig, que é uma universidade do Rio de Janeiro e agora, por uma intervenção do Ministério Público Federal junto ao MEC, parece-me que houve uma suspensão - não sei se definitiva ou provisória desses registros - e isso vem gerando uma grande crise entre as pessoas que fizeram esses cursos de formação para o Magistério.</p>

Ontem, fizemos uma audiência, ouvimos os alunos, ouvimos também os representantes de algumas dessas faculdades de São Paulo e a situação é grave porque muitos professores que se graduaram prestaram concursos públicos, tanto na Prefeitura Municipal de São Paulo, como no Estado, estão tendo os seus diplomas rejeitados por conta essa confusão toda criada pelo MEC, pela Unig, pelo Ministério Público.

Saímos com alguns encaminhamentos importantes da audiência. Um deles é fazer contato com o MEC e pedir uma audiência emergencial com o ministro da Educação. Ao mesmo tempo, nós estamos também fazendo contato com a Unig, vamos pedir - como eu já pedi na verdade pela tribuna, mas nós vamos reforçar o pedido - tanto ao secretário municipal de Educação, como também para o secretário estadual de Educação para que ambos reconheçam esses diplomas.

Até porque essa é uma questão que está - pelo que eu entendi - sub judge. Tenho certeza de que essa situação será revertida logo. Esses professores, muitos dos quais já foram inclusive admitidos e foram contratados com o mesmo diploma, não estão tendo a oportunidade de assumir agora os novos cargos através do concurso público. É muito importante que as duas secretarias levem isso em conta e façam um comunicado para as suas respectivas diretorias de ensino para que elas não barrem esses professores, porque isso tem penalizado imensamente os nossos educadores e as nossas educadoras.

Da nossa parte, aprovei uma moção na Comissão de Educação e Cultura nesta semana ainda, na terça-feira, endereçada ao MEC para que este faça a imediata regulamentação desses registros, porque os registros foram feitos e aceitos e agora, do nada, há uma suspensão desses registros, é muito estranho isso. Pedimos que o MEC resolva imediatamente essa situação junto à Unig, junto ao Ministério Público.

O fato é que os alunos que hoje são professores, sobretudo da rede pública de ensino, seja da rede estadual, seja da rede municipal ou das redes municipais, não podem pagar por esse gravíssimo erro. Eu não sei se foi da Unig, o que realmente aconteceu, porque a situação é nebulosa do ponto de vista da Unig e do MEC, porque essas faculdades há muitos anos que registram os seus diplomas nessa Unig.

O fato é que nós não podemos prejudicar milhares de professores, tanto da rede estadual quanto da rede municipal.

Quero ainda dizer, no pouco tempo que me resta, que estamos preocupados com determinado assunto. Ontem nós recebemos professores da rede estadual que estão com o pagamento atrasado. Milhares e milhares de professores da rede estadual tiveram seu pagamento atrasado ou com uma redução drástica. Tem professores recebendo apenas 40 ou 30% do seu salário. Houve um erro no sistema da Secretaria da Fazenda ou da Educação. O fato é que nós estamos recebendo toneladas de reclamações de todo o Estado: ou por falta de pagamento dos professores ou o pagamento reduzido. Tem professores recebendo até 20 ou 30% apenas do seu pagamento.

Ontem, nós recebemos o professor de Parelheiros, o professor Luiz Carlos, que veio aqui e mostrou a situação dele. Ele é um professor que tem, em média, um salário de 2.400 reais e está recebendo 400 reais. Esse professor não tem dinheiro para pagar as contas, é um momento difícil, período de festas, Natal, Ano Novo. E os professores já com uma situação de arrocho salarial, defasagem salarial e ainda são obrigados a passar por essa situação.

Por isso eu faço um apelo à Secretaria da Fazenda e à Secretaria da Educação para que regularizem, em caráter de extrema urgência, os pagamentos dos professores. São milhares de professores que estão passando por essa situação. Estamos recebendo reclamações de todo o estado de São Paulo. Isso é grave. Em pleno período de Natal, de Ano Novo e o professor recebendo apenas 20% do seu salário; isso é um crime! É um atentado contra os profissionais da Educação.

Fica aqui o nosso apelo para que a situação seja regularizada em caráter de extrema urgência. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Marco Vinholi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de volta a esta tribuna, eu não poderia deixar de falar também de dois assuntos importantes. Um deles é o Sampaprev, o tenebroso e maldito projeto do Sampaprev, projeto que foi do Haddad, foi piorado pelo Doria e agora o prefeito Bruno Covas tenta votar a toque de caixa, na calada da noite, no apagar das luzes do final do ano, no mês de dezembro o Sampaprev, que é um projeto de confisco salarial. Esse é um projeto que ataca a previdência municipal de uma forma jamais vista na história da cidade e eu diria do Brasil. O projeto original do Doria fala num desconto de até 19 por cento. Hoje, todo o servidor público tem um desconto de 11% no seu holerite. O projeto que o Doria rezeu, do Sampaprev, da previdência complementar, eleva de 11 a 19% a contribuição previdenciária dos servidores. Logo, trata-se não de uma reforma da previdência, mas sim de um confisco salarial dos servidores municipais. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a questão da privatização. Eles também entregam uma parte do fundo previdenciário, do Iprem da previdência municipal, para os bancos, para as empresas privadas de previdência. E não à toa que quem financiou o estudo para a reforma da previdência municipal foi o Banco Itaú. O Banco Itaú financiou o estudo, dando mais de 500 mil reais para a prefeitura.

O Banco Itaú financiou o estudo e deu para a prefeitura falando: “prefeitura, faça essa reforma dessa maneira que, logicamente, vai beneficiar os bancos, sobretudo o Banco Itaú, que também trabalha com previdência privada, vai se beneficiar com isso.” E não é à toa também que - até ontem pelo menos - o secretário de Finanças era do alto escalão do Itaú. Ou seja, quem está por trás do Sampaprev é o setor privado de previdência complementar. Essas empresas de previdência complementar e muitos bancos que trabalham também esse negócio lucrativo, que dá muito lucro para as empresas e para os bancos, mas que arruína a vida dos servidores, porque tem calote, esses fundos quebram, não há controle nenhum.

Não conheço ninguém que se tenha se dado bem pagando esses fundos previdenciários. É só calote, falência, golpes e mais golpes, só confusão. Ninguém tem garantia nenhuma pagando previdência privada no Brasil, mas é isso que está por trás do Sampaprev. O projeto é contra os servidores.

Nós estivemos agora, no dia cinco, em uma grande manifestação. Estive lá, na frente da Câmara Municipal, para ajudar os profissionais da Educação e os demais servidores a pressionarem a Câmara Municipal a não votar o projeto, mas eu vi agora que o prefeito quer votar o projeto. A Câmara Municipal também, a base do governo quer votar.

Os servidores são contra, porque será a destruição da Previdência, a destruição da aposentadoria dos nossos servidores. Então, nós estávamos lá com milhares e milhares de servidores, eles estão mobilizados em toda cidade de São Paulo, acompanhando o movimento da Câmara Municipal, o movimento de cada vereador, o voto e a posição de cada vereador.

Quem não estava lá estava acompanhando pela internet, pelas redes sociais, e haverá muita pressão. O vereador que votar a favor desse projeto terá o seu nome publicado nas redes sociais, nos cartazes dos sindicatos da cidade de São Paulo, das centrais sindicais, e ninguém vai se esquecer de quem trait a população e, sobretudo, os servidores, porque um projeto como esse prejudica imensamente os servidores e, com isso, nós teríamos, com certeza, prejuízos para a própria população usuária dos serviços públicos.

Quero manifestar o nosso total repúdio ao Sampaprev, que é esse PL 621, o projeto de previdência complementar, que, na prática, é confisco salarial e privatização, entrega de uma parte bilionária do orçamento da Previdência, do dinheiro dos servidores, para os bancos e as empresas de previdência privada.

O que nós temos que fazer é cobrar a dívida. A prefeitura deve bilhões de reais para o Iprem. As sucessivas gestões retiraram, saquearam o fundo previdenciário. A dívida é do município, do Tesouro Municipal, com o Iprem, com os servidores, e não o contrário.

O governo faz propaganda enganosa. O Doria fez muito isso e foi até processado. Teve ação contra ele dizendo que se não fizer a reforma da Previdência a cidade vai quebrar. Isso não corresponde à verdade. Nós sabemos que é uma maneira de jogar a população contra os servidores.

Nós estaremos juntos, no próximo dia 21, com os servidores, em outra grande manifestação contra o Sampaprev, na frente da Câmara Municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE – MARCO VINHOLI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 53 minutos.

10 DE DEZEMBRO DE 2018 162ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e LECI BRANDÃO
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - LECI BRANDÃO Discorre sobre o nascimento, após o término da Segunda Guerra Mundial, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10/12/48. Afirma que, no Brasil, a mesma é associada à violência policial e prisional. Ressalta que é necessário garantir direitos iguais para todos, possibilitando uma vida melhor para todos os habitantes do Planeta. Diz esperar que a futura ministra Damares Alves, responsável pela pasta Mulher, Família e Direitos Humanos, tenha como norte a população negra, indígena, jovens e crianças e que dialogue com as organizações da sociedade civil. Esclarece que todos devem ser tratados de forma igualitária e que a desigualdade em todos os segmentos deve ser combatida.</p> <p>3 - LECI BRANDÃO Assume a Presidência.</p> <p>4 - CARLOS GIANNAZI Informa que haverá, na Praça da Sé, um evento em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esclarece que a Constituição Federal, criada há 30 anos, está sendo desrespeitada, com a perda de direitos dos trabalhadores. Faz apelo aos deputados desta Casa para que possam votar os projetos da pauta desta semana. Pede que o projeto dos cirurgiões-dentistas seja votado, para que haja isonomia desta categoria com a dos médicos. Cita o arrocho salarial e a necessidade de reformulação da carreira para que haja valorização desta classe. Menciona a realização de audiência pública com servidores da Fundação Casa, para que seja votado o projeto de lei que institui a jornada de 30 horas para os servidores da instituição. Destaca a necessidade de chamar os aprovados no último concurso. Demonstra sua preocupação com a publicação da R 75/18, com a alteração da jornada de trabalho dos professores que trabalham em Ceeja. Solicita a alteração imediata desta resolução.</p> <p>5 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>6 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de uma sessão solene, hoje, às 20 horas, para a "Entrega do XXII Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos". Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE – CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p> <p>Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p> <p>Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1ª Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.</p> <p>A SRA. 1ª SECRETÁRIA – LECI BRANDÃO – PCdoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>

PEQUENO EXPEDIENTE
<p>***</p> <p>O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra a primeira oradora inscrita, nobre deputada Leci Brandão.</p> <p>A SRA. LECI RANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, funcionários da Casa, com o fim da segunda guerra mundial, líderes de várias nações se reuniram para definir que homens e mulheres ao redor do mundo precisam ter garantidas uma série de condições para viverem como seres humanos. Algo que deveria ser óbvio teve que ser definido em um documento.</p> <p>Assim nasceu, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que hoje completa 70 anos.</p> <p>Mesmo sendo muito atual e necessária, a declaração dos direitos humanos continua incompreendida. Infelizmente, em nosso País, existem pessoas que fazem verdadeiras campanhas contra os direitos humanos, dizendo que eles beneficiam apenas parte da população.</p> <p>Normalmente, quando se fala em direitos humanos no Brasil, as pessoas logo associam à violência policial e ao sistema prisional, realidades que não atingem a todos os brasileiros.</p> <p>Precisamos ter cada vez mais consciência de garantir direitos humanos para um segmento da população e garantir esses mesmos direitos para todos. Precisamos compreender que se trata de garantir uma vida melhor para todos os habitantes do Planeta.</p>